



PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 1294/XII/4.^a

Recomenda ao Governo um conjunto de medidas que minimizem o impacto social e económico da redução da presença norte-americana na Base das Lajes.

Exposição de motivos

Com o decorrer da Segunda Guerra Mundial, a ilha Terceira passou a ocupar uma posição de relevo na estratégia político-militar internacional, devido à construção de uma base aérea na freguesia das Lajes. A partir de então, Portugal reforçou a sua posição no contexto mundial, através de vários acordos com os Estados Unidos da América.

Ao longo do século XX, a presença norte-americana proporcionou inúmeros benefícios ao país. De 1960 a 2012, Portugal recebeu mais de 8 mil milhões de dólares em assistência económica e militar, com predomínio para esta componente que alcançou 4,8 mil milhões.

A Praia da Vitória e os Açores, em geral, recolheram outro tipo de benefícios resultantes do impacto na economia local, na medida em que a Base das Lajes se transformou no maior empregador do concelho e constituiu um dos maiores sustentáculos da sua estrutura socioeconómica.

Quer os dados oficiais da Feusaçores quer o relatório de um grupo de empresários dos Estados Unidos, que visitaram a ilha Terceira em 2012, referem que esse impacto se situa entre os 80 e os 132 milhões de euros/ano. A dimensão destes valores tem um peso significativo no PIB do concelho da Praia da Vitória, estimado entre os 40/50%, de acordo com os dados do INE para 2013.

A decisão anunciada pelos EUA de dispensar 500 funcionários portugueses, bem como reduzir de 650 para 165 o número de militares e civis americanos, entre outras medidas já tomadas, corresponde a um forte abalo em toda a estrutura económica e social da ilha Terceira.

Recentemente, a embaixada dos EUA tornou público que está a avaliar a constituição, em território nacional, de um Comando de Segurança Marítima para o Golfo da Guiné, uma estrutura que poderá desempenhar um papel importante e relevante para o país, o que, a nosso ver, poderá ser englobada na reestruturação da presença militar dos EUA na Base das Lajes.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados e as Deputadas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentam o seguinte Projeto de Resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do art.º 156.º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo:

- 1 – Que mantenha o empenho junto dos Estados Unidos da América na defesa dos direitos de Portugal e na dos trabalhadores da Base das Lajes;
- 2 – Que proponha na Comissão Bilateral Permanente a realização de reuniões específicas destinadas a abordar todos os aspetos relacionados com a Base das Lajes, sempre que necessário;
- 3 – Que desenvolva todas as diligências para que o Centro de Segurança Marítima para o Golfo da Guiné seja instalado na Praia da Vitória;
- 4 – Que declare a Ilha Terceira, particularmente o Concelho da Praia da Vitória, como zona de emergência social e económica, justificada pelo impacto local da redução do efetivo militar e civil na Base das Lajes, enquadrando constitucionalmente medidas de mitigação que venham a ser adotadas;
- 5 – Que defina e concretize, no âmbito do Orçamento do Estado, um Programa de Revitalização da Ilha Terceira, tendo por base as medidas afetas à ilha e ao concelho inscritas no Plano de Revitalização Económica (PREIT) apresentado pelo Governo Regional dos Açores ao Governo da República Portuguesa;

6 – Que desenvolva as ações legislativas necessárias ao aproveitamento das potencialidades económicas do Aeroporto das Lajes e do Porto da Praia da Vitória, permitindo que o uso militar dos mesmos não prejudique ou limite a componente civil;

7 – Que inicie o preenchimento integral das vagas dos quadros dos serviços do Estado na ilha Terceira, particularmente no concelho da Praia da Vitória, tais como o Tribunal da Praia da Vitória, a PSP, a GNR, entre outros.

8 – Que proceda à instalação, na Praia da Vitória, do Tribunal da Relação dos Açores.

Assembleia da República, 3 de março de 2015.

Os Deputados e as Deputadas,